



COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO Nº _____ de 2015

(Do Sr. Antonio Imbassahy)

Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, regimentais, seja CONVIDADO o Sr. VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA, diretor da ELETROBRAS, para prestar depoimento sobre denúncias de pagamentos de propinas cobradas em troca e contratos na Eletrobrás.

Senhor Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (art. 58, § 2º, V, da CF/88) e regimentais (Art. 24, VII, RI-CD), requero seja submetido ao Plenário da Comissão de Minas e Energia, o pedido ora formulado de **CONVITE** ao **Sr. VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA, diretor da ELETROBRAS**, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre denúncias de pagamentos de propinas cobradas em troca de contratos na Eletrobrás.



JUSTIFICATIVA

De acordo com os autos, o empresário RICARDO PESSOA, dono da empresa UTC, em depoimento de colaboração premiada junto à Justiça do Paraná, afirmou que o diretor da ELETROBRAS, o senhor VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA, determinou à empreiteira UTC que fizesse doações ao PARTIDO DOS TRABALHADORES – PT, após ajustar um desconto num contrato firmado pela UTC para obras na USINA DE ANGRA III.

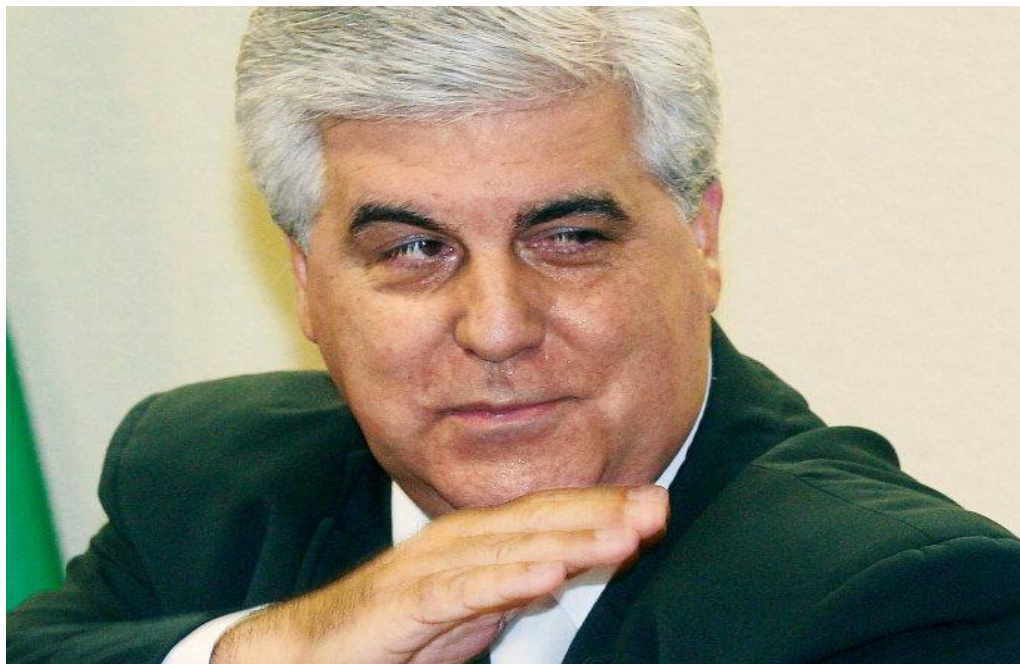
Efetivamente, a Revista VEJA, publicou, no dia 10 de julho de 2015, a seguinte notícia¹:

'Homem de Dilma' na Eletrobras cobrou propina para a campanha de 2014, diz dono da UTC

Segundo a delação premiada do empreiteiro Ricardo Pessoa, negociação do contrato de construção da Usina de Angra 3 serviu para que Valter Luiz Cardeal, diretor da Eletrobras que tem livre acesso ao gabinete da presidente, cobrasse do consórcio de construtoras “doação” à campanha petista do ano passado

Por: Daniel Pereira e Robson Bonin 10/07/2015 às 21:11 -
Atualizado em 11/07/2015 às 08:19

¹ Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/homem-de-dilma-na-eletrobras-cobrou-propina-para-a-campanha-de-2014-diz-dono-da-utc/>



SINTONIA – O engenheiro Valter Cardeal, diretor da Eletrobras e braço-direito da presidente no setor elétrico: conluio com o tesoureiro João Vaccari Neto em Angra 3(Alan Marques/Folha Imagem/VEJA)

Quando era presidente, Fernando Henrique Cardoso cultivou a fama de exterminador de crises, que, dizia-se, sempre saíam do Palácio do Planalto menores do que entravam. De Dilma Rousseff, fala-se exatamente o oposto. Centralizadora e avessa a negociações, a presidente semeou um quadro de recessão econômica e de derrotas no Congresso. Rejeitada por nove em cada dez brasileiros, ela também perde apoiadores no grupo de políticos e empresários que ditam o rumo do país. Até o ex-presidente Lula, seu mentor, lhe faz críticas cada vez mais contundentes. Com apenas seis meses de segundo mandato, Dilma está só, não exerce o poder na plenitude nem consegue mobilizar a tropa governista. De quebra, é acossada por investigações que podem destituí-la do cargo - entre elas, a Operação Lava-Jato, que esquadrinha o maior esquema de corrupção da história do país. Diante de uma conjuntura assim, a maioria dos governantes optaria por mais diálogo, sensatez e pés no chão. Dilma não. Ela reage à crise



com argumentações destrambelhadas, otimismo exagerado e erros primários de avaliação. Pior: como de costume, alimenta a agenda negativa.

Na semana passada, a presidente, contrariando o mais elementar dos manuais de política, fogueou a isca dos adversários e abordou novamente em público a possibilidade de enfrentar um processo de impeachment. "Eu não vou cair, isso é moleza", desafiou em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo, na qual chamou setores da oposição de golpistas. A resposta foi imediata: "Tudo o que contraria o PT é golpe", ironizou o senador Aécio Neves (PSDB). Nos regimes democráticos, a destituição de um mandatário depende de provas, do aval das instituições e do apoio da opinião pública (veja a reportagem na pág. 54). Em sua defesa, Dilma alega que jamais se locupletou de dinheiro sujo. Falta a essa versão o respaldo inequívoco dos fatos. VEJA teve acesso a mais um testemunho de que propina cobrada em troca de contratos - desta vez, no setor elétrico, a menina dos olhos de Dilma - abasteceu os cofres do PT em pleno ano eleitoral. Os operadores da transação criminosa foram o onipresente João Vaccari Neto, então tesoureiro do partido, e Valter Luiz Cardeal, diretor da Eletrobras, o "homem da Dilma" na estatal e um dos poucos quadros da administração com livre acesso ao gabinete presidencial.

O relato desse novo caso de desvio de verba pública para financiar o projeto de poder petista consta do acordo de delação premiada firmado entre o engenheiro Ricardo Pessoa, dono da construtora UTC, e o Ministério Público Federal. Num de seus depoimentos, Pessoa contou que em setembro do ano passado o consórcio Una 3 - formado por Andrade Gutierrez, Odebrecht, Camargo Corrêa e UTC Engenharia - fechou um contrato para tocar parte das obras da Usina de Angra 3. A assinatura do contrato, estimado em 2,9 bilhões de reais, foi precedida de uma intensa negociação. A Eletrobras pediu um desconto de



10% no valor cobrado pelo consórcio, que aceitou um abatimento de 6%. A diferença não resultou em economia para os cofres públicos. Pelo contrário, aguçou o apetite dos petistas. Tão logo formalizado o desconto de 6%, Cardeal chamou executivos do consórcio Una 3 para uma conversa que fugiu aos esperados padrões técnicos do setor elétrico. Faltava pouco para o primeiro turno da sucessão presidencial. O "homem da Dilma" foi curto e grosso: as empresas deveriam doar ao PT a diferença entre o desconto pedido pela Eletrobras e o desconto aceito por elas. A máquina pública era mais uma vez usada para bancar o partido em mais um engenhoso ardil para esconder a fraude.

A conversa de Cardeal foi com Walmir Pinheiro, diretor financeiro da empresa, escalado para tratar dos detalhes da operação. Depois dela, Vaccari telefonou para o próprio Ricardo Pessoa e cobrou o "pixuleco". "Quando soube que a UTC havia assinado Angra 3, João Vaccari imediatamente procurou para questionar a parte que seria destinada ao PT - o que foi feito pela empresa", relatou o empreiteiro. Aos investigadores, Pessoa fez questão de ressaltar que, segundo seu executivo, foi Cardeal quem alertou Vaccari sobre a diferença de 4 pontos percentuais entre o desconto pedido pela Eletrobras e o concedido pelas construtoras. Perguntado sobre o que sabia a respeito de Cardeal, Pessoa afirmou: "É pessoa próxima da senhora presidenta da República, Dilma Rousseff".

Com reportagem de Adriano Ceolin e Mariana Barros

A reportagem mostra que a organização criminosa que atuava na Petrobras com o fim de abastecer os cofres do PT e suas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

campanhas eleitorais, além de enriquecer ilicitamente alguns de seus integrantes, também atuava na Eletrobrás.

Do exposto, reputa-se necessária a vinda do Senhor **VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA** para prestar esclarecimentos a esta Comissão.

Sala das Sessões, em ____ de _____ de 2015.

Antonio Imbassahy

PSDB-BA